

20/11/2012

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 102.961 RIO GRANDE DO SUL

| | |
|-----------------------|--|
| RELATOR | : MIN. MARCO AURÉLIO |
| RECTE.(S) | : MIGUEL LUIZ FARIAS LOPES |
| ADV.(A/S) | : CAROLINA B L LOPES |
| RECDO.(A/S) | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |

PROCESSO-CRIME – AUDIÇÃO DE TESTEMUNHA – RÉU – IMPLEMENTO DA DEFESA TÉCNICA – AFASTAMENTO DA SALA – NOMEAÇÃO DE DEFENSOR. O fato de o Juízo não abrir oportunidade a que o próprio réu, que vinha fazendo em causa própria a defesa técnica, nomeasse defensor gera, a teor do disposto no artigo 571, inciso I, do Código de Processo Penal, nulidade relativa.

SENTENÇA DE PRONÚNCIA – BALIZAS – QUALIFICADORA – QUESITOS. A circunstância de ter-se lançado qualificadora excluída na sentença de pronúncia perde significado quando, ao fixar a pena, o Juízo deixa de considerá-la, embora o Conselho de Sentença haja assentado a existência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 20 de novembro de 2012.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

20/11/2012

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 102.961 RIO GRANDE DO SUL

| | |
|-----------------------|--|
| RELATOR | : MIN. MARCO AURÉLIO |
| RECTE.(S) | : MIGUEL LUIZ FARIAS LOPES |
| ADV.(A/S) | : CAROLINA B L LOPES |
| RECDO.(A/S) | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA |

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pelo Gabinete:

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao conhecer parcialmente e, nessa parte, indeferir a ordem no *Habeas Corpus* nº 97.581/RS, assentou que, no tocante ao suposto prejuízo diante da inércia da defensora nomeada relativamente à oitiva de testemunha, a matéria estaria preclusa, por não ter sido veiculada nas alegações finais. Consignou a inexistência de vício na formulação de quesito por ocasião do julgamento no Tribunal do Júri, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal. Quanto à ausência de nomeação de defensor para acompanhar o ora recorrente no interrogatório, proclamou a falta de análise dessa questão pelas instâncias inferiores. Em relação à tese de estar-se diante de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, entendeu haver fatos concretos a fundamentar o veredicto, sendo regido o júri pelo princípio da livre convicção e não pelo disposto no artigo 93, inciso IX, da Carta Federal (folha 214 a 224).

No recurso ordinário, o recorrente alega não ter sido examinado, mediante o acórdão impugnado, a nulidade referente à negativa ao réu de constituir novo defensor. Sustenta

RHC 102.961 / RS

que a arguição de nulidade absoluta pode ser feita a qualquer tempo, devendo-se observar o Enunciado do Verbete nº 708 da Súmula do Supremo. Assevera a existência, na quesitação aos jurados, de qualificadora incabível porquanto fora afastada com a sentença de pronúncia, restando o princípio do contraditório. Requer a concessão da ordem, de modo a anular o processo criminal (folha 241 a 252).

O Ministério Público Federal, em contrarrazões, arguiu a preclusão da questão pertinente à não nomeação do defensor da escolha do recorrente no momento da oitiva de testemunha de acusação, haja vista não ter sido suscitada nas alegações finais. Aduziu que a inclusão da qualificadora não teve o condão de alterar o resultado do julgado, pois a condenação baseou-se na qualificadora de motivo torpe e não na de dissimulação e de meio que dificultara a defesa da vítima (folha 259 a 269).

Em parecer, a Procuradoria Geral da República manifestou-se pelo indeferimento do recurso (folha 280 a 286).

Lancei visto no processo em 11 de novembro de 2012, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 20 seguinte, isso objetivando a ciência do recorrente.

É o relatório.

20/11/2012**PRIMEIRA TURMA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 102.961 RIO GRANDE DO SUL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste recurso, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. O acórdão atacado foi disponibilizado no Diário da Justiça em 30 de novembro de 2009, segunda-feira (folha 225). A manifestação do inconformismo ocorreu no dia 7 imediato, segunda-feira (folha 227), no prazo assinado em lei.

Observem as peculiaridades do incidente verificado em audiência. O recorrente, advogado, vinha implementando a própria defesa. Testemunha pediu para ser ouvida sem a respectiva presença. Então, o Juízo nomeou defensor. Consideradas essas premissas, não existe a nulidade, mas há mais. Conforme ressaltado no acórdão resultante do julgamento do recurso em sentido estrito, trata-se de nulidade relativa que deveria ter sido evocada no prazo previsto no artigo 571, inciso I, do Código de Processo Penal.

Resta a questão alusiva à formulação de quesito presente qualificadora que fora excluída quando da sentença de pronúncia. Colho do acórdão relativo ao exame da apelação que realmente descabia formular o quesito referente à qualificadora de emprego de meio que teria dificultado a defesa da vítima. Apontou-se que a resposta positiva dos jurados em nada alteraria a situação do ora recorrente (folha 150). Não se explicitou a razão de haver-se concluído pela inexistência de prejuízo. Nota-se que se deu resposta afirmativa a tal quesito em escore de cinco a dois. Englobou ele não só a problemática da autoria como também o fato de o acusado ter chamado a vítima no escritório com a falsa perspectiva de lhe pagar valor concernente a imóveis de propriedade dela, atraindo-a para perto dos comparsas, que, armados, a executaram.

RHC 102.961 / RS

A leitura da sentença mediante a qual fixadas as penas revela que se levou em conta apenas a qualificadora do motivo torpe. Então, ante o piso de doze e o teto de trinta anos, o Juízo estabeleceu a pena em quinze anos e quatro meses de reclusão. Iniludivelmente, isso aconteceu em virtude da única qualificadora que apontou admitida pelo Conselho de Sentença – a do motivo torpe.

Diante do quadro, nego provimento a este recurso.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 102.961

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : MIGUEL LUIZ FARIAS LOPES

ADV.(A/S) : CAROLINA B L LOPES

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 20.11.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma